

Os rumos das pesquisas sobre a história econômica do Brasil: uma breve nota

Flávio Azevedo Marques de Saes ¹

Nesta nota não pretendemos fazer um amplo balanço da pesquisa sobre a história econômica do Brasil: no passado e no presente, a vasta produção sobre nossa história econômica exigiria domínio bem mais amplo do que temos dessa literatura. Nosso objetivo é bem mais modesto: trata-se de relembrar obras que exerceram profunda influência sobre os pesquisadores e também de identificar tendências recentes da pesquisa em seu diálogo com interpretações “clássicas” da história econômica do Brasil. Para tanto, procuramos, de um lado, expor as principais polêmicas a respeito de interpretações da história econômica do Brasil e, de outro, observar em que medida foram estabelecidas conexões entre a interpretação da história econômica e as questões do presente de modo que a história econômica pudesse fornecer elementos importantes para orientar ações que tivessem o objetivo de promover transformações econômicas e sociais. Uma breve revisão de alguns “clássicos” de nossa história econômica permitirá o confronto com tendências presentes na historiografia mais recente.

Desde a década de 1920 publicaram-se obras que os próprios autores definiram como de história econômica do Brasil. Victor Viana (1922), Lemos Brito (1923) e J. F. Normano (1938) são exemplos desses autores. Não devemos esquecer também o livro *Épocas de Portugal Econômico*, de João Lúcio de Azevedo (1928): embora seu objeto seja a economia portuguesa, em vários capítulos há referências à economia colonial brasileira².

Sem diminuir o significado dessas primeiras obras, podemos dizer que o estudo da história econômica do Brasil tem um marco fundamental no livro de Roberto C. Simonsen, *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, publicado em 1937. Engenheiro, industrial, fundador, em 1928, do Centro das

(1) Professor aposentado do Departamento de Economia da FEA-USP. E-mail: famsaes@usp.br.

(2) Uma análise minuciosa dos primeiros estudos sobre a História Econômica do Brasil e dos estudos sobre a historiografia econômica brasileira foi feita por Tamás Szmrecsányi (Szmrecsányi, 2004).

Indústrias do Estado de São Paulo, Simonsen tornou-se, nos anos 30, professor de História Econômica do Brasil na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (provavelmente, a primeira cadeira de história econômica dos cursos superiores no Brasil). Tanto pela pesquisa de fontes quanto pelo esquema interpretativo que apresenta (em parte inspirado na noção de ciclos já presente em João Lúcio de Azevedo), a obra de Simonsen destaca-se entre as primeiras de nossa historiografia econômica. Duas obras posteriores exerceram maior influência sobre as pesquisas de história econômica do Brasil: *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior (publicada em 1942) e *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado (de 1959). Essas três obras, mas especialmente as duas últimas, que denominaremos de “clássicos” de nossa historiografia econômica, foram referência fundamental para as pesquisas realizadas até a década de 1970, pois nelas havia uma preocupação comum: entender as raízes do atraso econômico e social do País – ou seja, do subdesenvolvimento brasileiro. Desse modo, a história era essencial não só para explicar o atraso, mas também para indicar formas de ação para superar o atraso.

A obra de Simonsen, acima referida, se insere nessa perspectiva de uma forma bastante peculiar. Embora dedicado à reconstituição da história colonial, em poucas linhas do final do livro, Simonsen expôs aquela que talvez fosse sua questão central. A obra procurou delinear os chamados ciclos da economia colonial (pau-brasil, açúcar, ouro, pecuária, coleta etc) para defender a tese de que cada ciclo esgotava as potencialidades desse tipo de economia primária. Em suma, ao final do ciclo nada (ou quase nada) restava da riqueza gerada por décadas (ou séculos) de trabalho, resultado que Simonsen atribua ao caráter primário das atividades coloniais. Em consequência, somente outro tipo de atividade poderia reter e multiplicar a riqueza por ela gerada: essa atividade seria a indústria. O argumento de Simonsen é bastante simples: ao comparar o diferente nível de desenvolvimento brasileiro no começo do século XX com o dos Estados Unidos, Simonsen atribua à indústria essa diferença; e acrescentava que a industrialização americana teria decorrido de uma política protecionista deliberada levada adiante naquele país após a independência, ao passo que no Brasil adotou-se uma política liberal, de certo modo imposta pela Inglaterra por meio do Tratado de Comércio de 1810, conclusão expressa neste breve e bastante conhecido trecho:

Não era essa, infelizmente, a política comercial que conviria a um país como o nosso, que apenas iniciava a sua economia independente. Tínhamos que abraçar, àquele tempo, política semelhante à que a nação norte-americana seguiu no período de sua formação econômica. Produtores de artigos coloniais, diante de um mundo fechado por “polícias coloniais”, tornamo-nos, no entanto, campeões de um liberalismo econômico na América. E os resultados de tal política estão registados em nossa História Econômica. Parece-nos, porém, que até hoje ainda não soubemos aproveitar as lições desse passado (Simonsen, 1969, p. 406/6).

Portanto, em seu livro Simonsen transitava do passado colonial ao presente ao indicar o protecionismo como política a ser implementada no século XX, política que faltara no século XIX após a Independência. Em textos posteriores, Simonsen propunha o planejamento econômico com instrumento para definir as prioridades e para estabelecer os meios para promover o crescimento da economia³. No entanto, a mensagem fundamental de Simonsen era de que somente por meio da industrialização o Brasil poderia superar o atraso e a pobreza, noção que, à época, sofria forte oposição dos defensores do liberalismo econômico.

Embora por argumentos distintos dos de Simonsen, propostas de políticas industrializantes para promover o desenvolvimento se generalizaram após a Segunda Guerra Mundial, em especial na América Latina. Interessa-nos mostrar que algumas dessas propostas se valiam da experiência histórica para justificar a necessidade de industrialização. Um caso exemplar é o da CEPAL.

A CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – órgão da ONU, ao pensar o problema do subdesenvolvimento latino-americano, propunha uma política industrializante como base para o desenvolvimento latino-americano. Atribui-se ao economista argentino Raúl Prebisch, primeiro secretário-geral da CEPAL, a formulação da proposta da instituição que partia da análise da experiência histórica da economia latino-americana. O argumento fundamental ficou identificado como “tendência ao declínio da relação de trocas”: num mundo dividido entre economias centrais/ industrializadas e periféricas/primário-exportadoras, a relação de trocas (ou seja, a relação entre o preço das exportações e

(3) Essa proposta foi exposta por Simonsen em parecer apresentado ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial em 16-8-1944 e que deu origem ao conhecido debate com Eugênio Gudin (Simonsen; Gudin, 1977)

o das importações) seria declinante para os países primário-exportadores. Ou seja, ao longo do tempo, os preços das exportações de produtos primários tenderiam a se reduzir relativamente ao preço dos manufaturados exportados pelos países centrais; assim, os países periféricos precisariam exportar volumes crescentes de produtos primários (agropecuários ou minerais) para obter a mesma quantidade de produtos manufaturados. Em outras palavras, ficariam relativamente mais pobres por conta de sua especialização no comércio internacional e, desse modo, não lograriam superar o subdesenvolvimento⁴.

A experiência da Grande Depressão da década de 1930 na América Latina mostrou o caminho para romper o subdesenvolvimento: a crise do comércio internacional criou a possibilidade de “substituir importações” de manufaturados, dando início ou aprofundando um processo de industrialização que permitiu a várias economias latino-americanas sustentar elevadas taxas de crescimento em contraste com a recessão que atingia as economias centrais. Assim, a história das economias latino-americanas explicava seu subdesenvolvimento, mas também mostrava a possibilidade de superá-lo por meio da industrialização, rumo a um desenvolvimento nacional⁵.

(4) Para a CEPAL, a partir da Revolução Industrial, havia se definido uma clara distinção entre as economias nacionais inseridas na economia mundial: as economias centrais, aquelas que haviam passado pela Revolução Industrial, especializaram-se na produção de manufaturados; as economias periféricas se inseriram na economia mundial por meio da exportação de produtos primários. Dessa forma de especialização decorreria a tendência ao declínio da relação de trocas: nas economias centrais/industrializadas, havia tendência à rápida elevação da produtividade. Porém, isso não se transformava em declínio dos preços no comércio internacional por conta de algumas características das economias centrais: as empresas industriais, de grande porte, constituíam oligopólios, o que as permitia evitar a redução dos preços; além disso, os trabalhadores industriais já se organizavam em sindicatos que conseguiam reter, pelo aumento dos salários, partes do aumento de produtividade. Em contrapartida, nos países periféricos, a produção (principalmente a agrícola) era realizada por grande número de produtores, quase um mercado de concorrência perfeita; assim, por meio da competição entre os produtores, os ganhos de produtividade tendiam a ser transferidos para os compradores por meio de menores preços. Além disso, uma população abundante, desorganizada, impedia que os trabalhadores em atividades primárias lutassem para reter partes dos ganhos de produtividade. Desse modo, por meio do declínio da relação de trocas, os ganhos de produtividade da economia mundial tendiam a se concentrar nos países centrais, levando ao progressivo empobrecimento dos países periféricos (por isso, subdesenvolvidos). Em suma, a história – da constituição da economia mundial após a Revolução Industrial – explicava a origem do subdesenvolvimento e sugeria que a permanência enquanto economias primário-exportadoras significaria a perenização do subdesenvolvimento.

(5) O texto de Raúl Prebisch, “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais” (Prebisch, 2000), publicado como Introdução ao *Estudo Econômico da América Latina* de 1948, apresenta as principais ideias que ficaram identificadas com o pensamento da CEPAL.

No Brasil, a influência da CEPAL está presente num clássico da historiografia econômica – *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado (de 1959). Furtado foi economista da CEPAL e trabalhou com Prebisch em Santiago do Chile. No entanto, cabe notar que a obra de Furtado não é mera reprodução do esquema da CEPAL particularizado para o Brasil. Sua análise da economia colonial e de suas transformações no século XIX e no XX estabelece um quadro mais amplo, no qual se inserem algumas formulações típicas da CEPAL (como o impacto da Grande Depressão da década de 1930 sobre as economias periféricas a partir da noção fundamental da divisão da economia mundial entre centro e periferia).

A questão geral que conduz o texto de *Formação Econômica do Brasil* é a transformação de uma economia escravista numa economia de base industrial. Essa transformação é problemática porque a economia escravista, argumenta Furtado, apresenta forte rigidez estrutural: sua expansão se faz de forma extensiva (incorporando mais terra e escravos, mantidas as técnicas produtivas); e na fase de declínio, pela retração dos mercados e queda dos preços, não se altera a forma de produção. Se o declínio fosse prolongado, não haveria reposição dos equipamentos depreciados e dos escravos incapacitados para o trabalho: assim, reduzia-se a capacidade produtiva, mas mantinha-se a estrutura de produção.

Desse modo, alguma mudança só poderia ocorrer a partir de um fato externo à dinâmica própria da economia escravista. E esse fato foi o fim do tráfico escravo que impôs a busca de uma forma alternativa de força de trabalho. A transição do trabalho escravo para o assalariado (identificado por Furtado com a imigração europeia) levou à constituição não só de um mercado interno, mas principalmente de uma economia de mercado interno: uma economia em que os dois setores fundamentais (exportador e de subsistência) se inter-relacionam, propiciando a transferência de recursos de um para o outro, o aumento da produtividade da economia como um todo e ainda o surgimento de um processo multiplicador da renda. E nessa economia de mercado interno surge também a tendência ao desequilíbrio externo, tendência ausente na economia escravista uma vez que nesta a renda monetária, oriunda das exportações e concentrada nas mãos dos senhores de escravos, poderia, no máximo, se transformar num valor igual de importações. O desequilíbrio externo gerava tensões, inexistentes na economia escravista, que impunham reações para restaurar o equilíbrio (como

a desvalorização da moeda nacional e as políticas de valorização do café).

Essa economia de mercado interno propiciou uma incipiente industrialização durante a Primeira República. No entanto, foi o exacerbado desequilíbrio externo inerente à crise da economia exportadora iniciada com a quebra da bolsa de New York, em 1929, e aprofundada com a Grande Depressão dos anos 30, que criou a oportunidade histórica para o início de um processo de industrialização: as restrições impostas às importações (expressas pela substancial desvalorização da moeda nacional), como resultado da própria crise do mercado internacional, geraram uma proteção para a produção nacional de manufaturados (permitindo a substituição de importações). Por outro lado, a política do governo em relação ao setor cafeeiro – a compra dos excedentes de café por meio de expansão do crédito, uma política keynesiana antes da Teoria Geral de Keynes - reduziu o impacto da crise sobre a renda interna; desse modo, preservou-se em grande medida a demanda por produtos manufaturados num momento em que as importações se tornaram mais caras em relação ao produto nacional. Nos termos de Celso Furtado, ocorreu o deslocamento do centro dinâmico da economia, antes situado na atividade exportadora (ou na demanda externa), para a produção voltada ao mercado interno, especialmente a manufatureira (ou na demanda do mercado interno) (Furtado, 1968, cap. XXXII).

A história da economia brasileira levou Furtado a conclusões que se projetavam sobre a época em que escrevia. Em particular, a experiência da década de 1930 afirmava a possibilidade de manter o crescimento da economia em meio à depressão mundial com base na demanda do mercado interno e na expansão da indústria. A mensagem implícita era de que para promover o desenvolvimento, a experiência dos anos 1930 sugeria ser imperioso romper com a especialização da economia brasileira com a produção primário-exportadora e que, para tanto, era fundamental a ação do governo. Em obra posterior – *A Pré-Revolução Brasileira* (publicada em 1962) – Furtado retomava a perspectiva histórica e indicava os desafios para o futuro. O balanço de séculos de produção primária para o mercado externo era claramente negativo:

O desenvolvimento econômico do Brasil, até fins da terceira década deste século [século XX], processou-se, basicamente, por indução de fatores externos. (...) Ao final da fase de desenvolvimento tipicamente colonial da economia brasileira, no primeiro quartel deste século, havíamos

economicamente ocupado grande parte do território nacional, mas também nos havíamos transformado na mais vasta área de subdesenvolvimento econômico, de povoamento recente, do mundo ocidental (Furtado, 1962, p. 107-108).

Em contraposição, afirmava:

É no segundo quartel do presente século que ocorre a descontinuidade do módulo histórico de nosso desenvolvimento. Essa descontinuidade marca, no Brasil, o encerramento da economia de tipo colonial. (...) Já agora a economia estava dotada de um elemento dinâmico próprio: os investimentos industriais apoiados sobre o próprio mercado interno. O crescimento passava, bruscamente, a projetar-se em duas direções. Cada novo impulso para a frente significaria maior diversificação estrutural, mais altos níveis de produtividade, maior massa de recursos para novos investimentos, expansão mais rápida do mercado interno, possibilidade de superar-se permanentemente.(...) A outra consequência, não menos importante para o destino da nacionalidade, foi a transferência, para o próprio território nacional, do centro principal de decisões relacionadas com a vida econômica do país (Furtado, 1962, p. 109-110).

Essas conclusões de Furtado, que emergem de sua interpretação da história econômica do Brasil, constituíam fundamento para a ação política, em especial para formular e implementar uma política de desenvolvimento. Além disso, se contrapunham aos argumentos liberais defendidos por grupos agrário-mercantis e ligados ao capital estrangeiro, grupos esses que advogavam a não intervenção do estado da economia em nome das “vantagens comparativas” que o Brasil teria pela especialização nas atividades primárias. E a ação política se tornara factível diante das próprias mudanças ocorridas na economia:

A nossa economia já não é comandada de fora para dentro, obrigando-nos a seguir, perplexos e impotentes, os ziguezagues de um destino de povo dependente. Temos em nossas mãos os instrumentos de autodeterminação que até há pouco eram apanágio de uns quantos povos privilegiados. E temo-los com uma consciência de sua efetividade, que há até bem pouco tempo nem mesmo esses povos possuíam (Furtado, 1962, p. 115).

Desse modo, a história econômica do Brasil indicava, para Furtado, os rumos que a política de desenvolvimento deveria seguir, mas também sugeria a

possibilidade de levar adiante essa política pelas mudanças na esfera do poder induzidas pelas próprias transformações da economia brasileira.⁶

A história econômica do Brasil também era, para Caio Prado Júnior, o ponto de partida para entender o presente e para pensar formas de ação para promover transformações econômicas e sociais. *Formação do Brasil Contemporâneo* (com o subtítulo *Colônia*) – publicada em 1942, exerceu grande influência nos estudos posteriores de nossa história econômica pela concepção da economia e da sociedade colonial apresentada por Caio Prado. Essa concepção indicava as raízes de problemas econômicos e sociais que permaneciam no século XX e ainda hoje é objeto de polêmicas na historiografia econômica brasileira (como exposto mais adiante). Em outra obra - *A Revolução Brasileira*, de 1966 – Caio Prado expôs de modo mais explícito a conexão entre as raízes históricas da sociedade brasileira, os problemas econômicos e sociais do momento em que escrevia e suas propostas de mudanças. Aliás, esta obra tornava clara a polêmica entre Caio Prado e a esquerda vinculada ao Partido Comunista Brasileiro em torno da concepção do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, conseqüentemente, das estratégias políticas da esquerda tendo em vista seu objetivo último – a revolução socialista.

No PCB, de orientação soviética, predominava o que por vezes se denominou do “paradigma evolucionista”. Todas as “nações” deveriam passar, em sua história, pelos estágios: comunidade primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo. No caso do Brasil do século XX, assistia-se à transição do feudalismo ao capitalismo: na área rural, predominava o “latifúndio feudal” sustentado pelo trabalho de um campesinato em situação de dependência. O latifúndio feudal seria um aliado político do capital estrangeiro por interesses comuns vinculados ao comércio de exportação; em contrapartida, nas cidades, uma indústria nascente seria a base da burguesia (industrial) nacional. No plano político, a aliança entre o latifúndio feudal e o capital estrangeiro (imperialismo) enfrentaria a oposição da burguesia nacional, pois esta desejava impedir a concorrência estrangeira no mercado interno. Além disso, o mercado interno era

(6) Em obras posteriores, a perspectiva de autodeterminação foi matizada pelas noções de modernização e dependência que, por sua vez, questionavam a possibilidade de um desenvolvimento autônomo que conduzisse à homogeneização social. A forma – dependente – de inserção da economia brasileira na economia mundial condicionava o padrão de desenvolvimento produtivo e implicava a manutenção de elevada concentração de renda, seja pelo próprio padrão produtivo, seja pelas pressões políticas dele decorrentes (Furtado, 1974; 1992).

limitado pela presença de relações feudais (ou semifeudais) no campo. Nessa perspectiva, as camadas populares e as esquerdas deveriam estabelecer uma aliança com a burguesia nacional tendo em vista liquidar o latifúndio feudal e combater o imperialismo, a fim de promover uma revolução burguesa e instaurar plenamente o capitalismo no Brasil. Dentro do paradigma evolucionista, esse era um passo prévio necessário para a etapa seguinte – a do socialismo. Assim, a concepção geral da evolução da sociedade e a particular forma de entender a história da sociedade brasileira levaram à adoção dessa postura política pelo PCB⁷.

Caio Prado Júnior discordava amplamente dessa postura a partir da sua compreensão da natureza e do desenvolvimento da sociedade brasileira desde o momento inicial da colonização.

Qual era a concepção da economia colonial formulada por Caio Prado? A colonização da América se inscreveu no processo de expansão comercial da Europa: isso define o que Caio Prado chama de “sentido da colonização”:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (Prado Jr., 1969, p. 31).

O sentido da colonização – ou seja, produzir mercadorias para o comércio europeu – permite a Caio Prado definir as características econômicas da colônia portuguesa na América, sintetizadas no trinômio: monocultura, grande propriedade e trabalho escravo. Portanto, a economia colonial apresenta caráter marcadamente mercantil e os grandes proprietários, mesmo enquanto senhores de escravos, tinham como objetivo o lucro. Para Caio Prado,

(7) A exposição acima limita-se a um esquema muito simplificado da concepção do desenvolvimento do capitalismo no Brasil pelas esquerdas e, em particular, pelo PCB. Em especial, não nos referimos aos estudos de historiadores usualmente identificados com essa concepção – como Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães – que não se restringem a esse esquema muito geral, tema que é explorado em profundidade por Vieira (2008).

...com a substituição definitiva e integral do trabalho escravo pelo livre, achou-se presente no Brasil o conjunto dos elementos estruturais componentes do capitalismo (Prado Jr., 1977, p. 96).

Ou seja, a economia colonial já se caracterizaria como capitalista, ainda que um “capitalismo incompleto” que, com as mudanças ocorridas durante o século XIX (Independência, fim do tráfico internacional de escravos, imigração, abolição do escravismo), assumiu plenamente seu caráter capitalista. Essa concepção entrava em choque com a das esquerdas, pois

Os polos principais da estrutura social do campo brasileiro não são o “latifundiário” ou “proprietário senhor feudal ou semifeudal” de um lado, e o camponês de outro; e sim, respectivamente o empresário capitalista e o trabalhador empregado, assalariado ou assimilável econômica e socialmente ao assalariado (Prado Jr., 1977, p. 105).

Mais importante do que a divergência quanto às categorias eram as implicações políticas dessa divergência. Caio Prado entendia que a proposta da esquerda que propugnava uma aliança das classes populares com a burguesia nacional contra o latifúndio feudal e o imperialismo era desprovida de sentido: nem a aliança entre proprietários de terra e capital estrangeiro, nem a oposição da burguesia nacional aos proprietários de terra e ao capital estrangeiro podiam ser admitidas.

Os grandes proprietários de terra – uma burguesia agrária – tinham, exceto em alguns ramos, escassas relações com o capital estrangeiro; e mesmo em ramos como a cafeicultura e a pecuária era mais provável a existência de conflitos do que de identidade de interesses. Assim, uma aliança dos proprietários rurais com o capital estrangeiro contra a burguesia (industrial) nacional parecia pouco provável. Acresce que também essa burguesia nacional não se opunha à grande propriedade e ao capital estrangeiro. Na verdade, nas áreas mais dinâmicas era possível observar a mobilidade do capital entre a propriedade rural e os investimentos urbanos: fazendeiros se tornaram industriais, comerciantes e banqueiros e empresários urbanos não raras vezes adquiriram propriedades rurais. Ou seja, a hipótese de distinção (e oposição) entre os latifundiários feudais (para Caio Prado, uma burguesia agrária) e a burguesia industrial seria equivocada inclusive nesse plano. Do mesmo modo, Caio Prado recusava a hipótese de conflito

entre a burguesia (industrial) nacional e o capital estrangeiro (imperialismo). Na verdade, o ingresso do capital estrangeiro teve a “melhor das acolhidas” pela burguesia, pois potencializou suas atividades: investimentos em infraestrutura (como estradas de ferro e energia elétrica) beneficiaram a agricultura, o comércio de exportação e a indústria e não se caracterizaram como concorrentes do capital nacional. Assim, Caio Prado recusava, a um tempo, a distinção entre o latifúndio feudal e a burguesia nacional (entende existir uma burguesia ao mesmo tempo rural e urbana⁸) e o conflito entre uma burguesia nacional e o imperialismo. Consequentemente, a proposta do PCB de aliança entre classes populares e burguesia nacional para combater o latifúndio feudal e o imperialismo, ao se fundar numa visão histórica equivocada, só poderia conduzir a um rotundo fracasso político. Em suma, a hipótese de uma revolução democrático-burguesa, liderada pela burguesia (industrial) nacional com o apoio das classes populares era inviável pelo fato de essa pretensa burguesia nacional não existir como tal: como parte de uma burguesia (rural e urbana simultaneamente) não demonstrava qualquer oposição à grande propriedade rural e ao capital estrangeiro.

Portanto, se essa revolução (democrático-burguesa) brasileira não indicava um caminho politicamente possível, qual seria o rumo da revolução brasileira para Caio Prado?

Por um lado, indica que a “grande tarefa” proposta na revolução brasileira era a “elevação dos padrões materiais e culturais dos trabalhadores do campo sobre os quais ainda pesa, de forma brutal, a velha tradição escravista” (Prado Jr., 1977, p. 97). Por outro, entende que a realidade brasileira da época em que escrevia (1966) expressava “uma situação transitória entre, de um lado, o passado colonial e o momento em que o Brasil ingressa na história como área geográfica ocupada e colonizada com o objetivo precípua de extrair dessa área produtos destinados ao abastecimento do comércio e mercado europeus; e doutro lado o futuro, já hoje bem próximo, em que essa mesma área e seu povoamento, afinal nacionalmente estruturados, comportarão uma organização e sistema econômico voltados essencialmente e fundamentalmente para a satisfação das necessidades dessa mesma população que a ocupa, e capazes de assegurar a essa população um

(8) Caio Prado reconhece a existência de uma cisão no interior da burguesia entre uma burguesia ortodoxa (cuja atividade se voltava ao mercado) e uma burguesia vinculada ao que ele denomina “capitalismo burocrático” que se alimentava dos negócios realizados com o Governo (Prado Jr., 1977, p. 122).

nível e plano de existência consentâneos com os padrões de civilização e cultura de que participamos” (Prado, 1977 Jr., p. 81-82).

Essa transição, do passado colonial ao futuro “nacional”, exprimiria a “dinâmica e o sentido profundos da História” e constituiria o próprio processo da revolução brasileira marcado por etapas decisivas no século XIX (Independência, fim do tráfico internacional de escravos, imigração e abolição do escravismo), mas que propunha, no século XX novas ações. Tratava-se de superar remanescentes do sistema colonial brasileiro (que “ainda se fazem vivamente sentir”): o tipo de relações de produção e trabalho vigentes na agropecuária brasileira e as condições materiais e morais da população trabalhadora; o caráter originário da economia brasileira (voltada à produção para o mercado externo), base para a penetração e dominação imperialista no Brasil (Prado Jr., 1977, p. 86). Portanto, o programa da revolução brasileira deveria propor ações principalmente nessas duas direções.

Em relação ao trabalhador rural, por entender que esse trabalhador era “empregado” e não camponês, Caio Prado recusava a hipótese de que a luta pela terra (contra o latifúndio feudal) fosse sua demanda fundamental (exceto em áreas muito específicas do país). Suas demandas se dirigiam a melhores condições de trabalho e de remuneração, o que demandava formas de organização e mobilização. No entanto, pela história e pelas condições de trabalho, a capacidade de organização do trabalhador rural era limitada (embora movimentos já observados principalmente em Pernambuco mostrassem seu potencial). Assim, sua mobilização dependeria de orientação vinda de fora: para Caio Prado, essa orientação deveria vir do proletariado urbano que se ligava ao rural por suas origens e também por sua posição social. Desse modo, o programa da revolução brasileira deveria, nesse aspecto, apressar a organização sindical dos trabalhadores (Prado Jr., 1977, p. 173-178).

Em relação ao imperialismo (visto como a sequência do sistema colonial), a revolução brasileira deveria promover a eliminação dos empreendimentos internacionais uma vez que eles tenderiam a preservar o sentido original da colonização: produção para o mercado externo e não para atender às necessidades da própria população. A ação anti-imperialista deveria começar enfrentando uma das consequências do imperialismo: o recorrente déficit externo da economia brasileira e, para tanto, caberia instituir o monopólio das transações externas do

Brasil⁹.

Desse modo, pela crítica à concepção do PCB do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Caio Prado indicava o caminho da revolução brasileira a partir do sentido geral da transformação da economia colonial brasileira e dos remanescentes do sistema colonial que restringiam essa transformação. Como para Celso Furtado, a perspectiva histórica era decisiva para orientar as ações presentes no sentido das transformações desejadas.

As obras de Caio Prado e de Celso Furtado consolidaram o interesse por alguns temas da História Econômica do Brasil: o caráter exportador da economia colonial; características e desenvolvimento das diferentes economias exportadoras regionais; a questão do trabalho escravo e a importância da transição do trabalho escravo para o trabalho livre; as condições para o surgimento e o desenvolvimento da indústria e os efeitos da crise de 1929 e da Grande Depressão sobre a economia brasileira; características e desenvolvimento do capitalismo no Brasil são alguns desses temas. Inúmeros estudos, principalmente das décadas de 1960 e 1970, reafirmaram, qualificaram ou contestaram as teses centrais das interpretações de Prado e de Furtado. A seguir, fazemos referência a dois focos de polêmicas nas obras desses autores.

A análise de Furtado sobre o impacto da Grande Depressão da década de 1930 na economia brasileira foi objeto de controvérsias. A noção de que a crise da economia exportadora fora a oportunidade histórica para o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira foi contestada, por exemplo, por Carlos Manuel Peláez. Em relação aos argumentos de Furtado, negava, com base em alguns dados quantitativos, que a política de defesa do café tivesse como fundamento a expansão do crédito, recusando o caráter “keynesiano” dessa política do governo; afirmava ainda que a recuperação da economia se dera pelo aumento de exportações, principalmente de algodão. Evidentemente, além da questão empírica, havia nos argumentos de Peláez um fundamento teórico-ideológico: tratava-se de recusar o papel positivo da política do governo e de insistir na importância das “vantagens comparativas” do Brasil no comércio internacional

(9) As ações a serem empreendidas no processo da revolução brasileira, como propostas por Caio Prado, são longamente expostas e discutidas nos capítulos V, VI e VII do livro *A Revolução Brasileira*. Aqui limitamo-nos a indicar algumas dessas ações tendo em vista evidenciar a conexão entre a perspectiva histórica e as propostas de intervenção na realidade presente.

para o crescimento da economia na década de 1930. É claro, tratava-se da defesa da teoria econômica ortodoxa e do liberalismo diante de uma visão a um tempo keynesiana e cepalina (Peláez, 1968).

Essa polêmica, centrada na década de 1930, foi generalizada na historiografia: tratava-se de discutir se uma conjuntura expansiva das exportações era favorável ao crescimento industrial ou, ao contrário, se era nos períodos de crise das exportações que a indústria encontrava melhores condições para crescer. Suzigan, em ampla revisão, organizou esse debate sobre a industrialização em torno de duas vertentes: A “teoria dos choques adversos” e a “ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações”. Também trata de duas outras interpretações: a “ótica do capitalismo tardio” e a “ótica da industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo”. Por entender que nenhuma delas adere plenamente às evidências históricas, sugere uma interpretação alternativa fundada na “teoria do crescimento econômico induzido por produtos básicos” (Suzigan, 1986, cap. 1). Como notamos acima, as polêmicas sobre a industrialização brasileira tinham um pano de fundo teórico-ideológico pois posições diferentes procuravam justificar posturas mais intervencionistas e protecionistas diante de defensores de políticas liberais, no quadro mais geral das propostas de políticas de desenvolvimento para o Brasil.

As contribuições de Caio Prado também foram objeto de polêmicas. Sua crítica às teses do PCB foi reforçada por outros autores, em especial no que diz respeito à existência de uma burguesia nacional. No entanto, a matriz interpretativa prevalecente nessa discussão não era propriamente a de Caio Prado. Foi em torno da concepção da economia colonial, e de suas implicações, que surgiram polêmicas mais duradouras em torno da obra de Caio Prado.

Suas proposições sobre a economia colonial foram aprofundadas por Fernando Novais. Caio Prado afirmara que a economia colonial fora uma obra do capital mercantil metropolitano: sua estrutura e seu funcionamento atendiam às necessidades de obtenção de lucro daquele capital mercantil. O caráter da economia colonial – voltada para fora e fundada na grande propriedade, na monocultura e no trabalho escravo – respondiam aos objetivos do capital mercantil metropolitano. Fernando Novais foi adiante e situou a colônia no quadro do antigo sistema colonial da era mercantilista e este no processo de

transição do feudalismo ao capitalismo. O “sentido profundo da colonização” definiria o sistema colonial como peça fundamental da acumulação primitiva de capital. Portanto, a estrutura da economia colonial – o trinômio de Caio Prado: grande propriedade, trabalho escravo e monocultura – decorreria da posição da colônia nesse processo. O monopólio de comércio (o exclusivo metropolitano) e o tráfico de escravos seriam os elementos centrais da exploração da colônia pela metrópole, pois permitiriam a extração do excedente colonial. Desse modo, como peça fundamental para a acumulação primitiva de capital, a colônia tinha sua estrutura e sua dinâmica determinadas “de fora”, ou seja, por sua função no sistema em que estava incluída (Novais, 1979, cap. II).

Contestando a hipótese de Caio Prado, reforçada por Fernando Novais, de que a estrutura e a dinâmica da economia colonial eram determinadas pela esfera comercial, Ciro Cardoso e Jacob Gorender trataram a economia colonial com base na noção de modo de produção, em que o trabalho escravo assume posição central. Tratava-se de criticar o que Gorender denominava de “circulacionismo” (o primado da circulação sobre a produção). É claro, a demanda externa era uma condição para a existência da economia colonial. No entanto, para Gorender, a produção de mercadorias tropicais para o mercado externo só seria viável com base na *plantation*, ou seja, na grande propriedade escravista. A noção subjacente é que há correspondência entre forças produtivas e relações de produção: às forças produtivas necessárias para a produção e exportação de produtos tropicais em grande escala corresponde o trabalho escravo (ou seja, somente com trabalho escravo seria possível, na situação histórica de então, produzir mercadorias tropicais em grande escala para o mercado internacional). Além disso, no desenvolvimento da economia colonial (em outros termos, na determinação de sua estrutura e de sua dinâmica) o crucial não seria o comportamento do mercado externo e sim as relações de produção, ou seja, o trabalho escravo. Em outros termos, tratava-se de um modo de produção com uma lógica própria de desenvolvimento (o modo de produção escravista colonial), cujas leis Gorender procurou estabelecer. Desse modo, Gorender e Cardoso rompiam com a noção implícita nas obras de Furtado e de Prado de que a economia brasileira fosse, desde a época colonial, capitalista (Cardoso, 1973; Gorender, 1978).

Essa questão – do desenvolvimento do capitalismo no Brasil - também

ocupou a produção historiográfica dos anos 60 e 70. Se para alguns, a economia brasileira, desde a colônia, sempre foi capitalista (porque o objetivo dos senhores de escravos era o lucro ou porque a economia brasileira, desde a colônia, estava inserida numa economia mundial capitalista), para outros apenas no século XIX se poderia admitir a emergência do capitalismo no Brasil. Em artigo de 1960, ao tratar das condições sociais da industrialização, Fernando Henrique Cardoso situava na produção cafeeira do Oeste paulista o momento em que se criaram as condições típicas do capitalismo. Fim do escravismo, imigração, colonato como trabalho assalariado, industrialização fariam parte desse quadro. Inúmeras pesquisas foram realizadas em torno desse tema; dois exemplos de como se tentou situar esses temas num processo de constituição do capitalismo no Brasil são os textos de Sérgio Silva (Silva, 1976) e de João Manuel Cardoso de Mello (Mello, 1982). Embora referindo-se a uma realidade mais ampla – a da América Latina – Faletto e Cardoso (em livro publicado originalmente em 1967) definiam algumas características do capitalismo na região – capitalismo dependente – e expunham suas implicações políticas:

Ao apontar a existência de um processo de expansão capitalista na periferia, fazemos uma dupla crítica. Criticamos os que esperam uma estagnação permanente nos países dependentes subdesenvolvidos, derivada de um constante declínio na taxa de lucro ou da “estreiteza dos mercados internos”, que supostamente funcionam como obstáculo intransponível para o avanço capitalista. Mas criticamos também aqueles que esperam um desenvolvimento capitalista das economias periféricas, para solucionar problemas tais como a distribuição de propriedades, pleno emprego, melhor distribuição de renda e melhores condições de vida para a população. (...) Seria irrealista (senão apologético) acreditar que a existência de um processo efetivo de desenvolvimento capitalista nas economias periféricas eliminaria problemas e conflitos sociais aí existentes. Desenvolvimento, neste contexto significa o progresso das forças produtivas, principalmente através da importação de tecnologia, acumulação de capital, penetração de empresas estrangeiras nas economias locais, números crescentes de grupos assalariados e intensificação da divisão do trabalho. É realista imaginar uma alteração na arena onde se desenrolam as lutas, ou o desdobramento de questões que suscitem tais conflitos. Não é realista imaginar que o desenvolvimento capitalista resolverá problemas básicos para a maioria da população. Ao fim, o que deve ser discutido como alternativa não é a

consolidação do Estado e a realização plena do “capitalismo autônomo” mas sim a sua superação. A questão relevante, então, é como construir caminhos para o socialismo (Faletto; Cardoso, 1985, p. 29-30).

Embora não fosse propriamente uma obra de história econômica, *Dependência e Desenvolvimento* é um exemplo típico de como a perspectiva histórica (no caso, a formação do capitalismo na América Latina) era o fundamento para se chegar a propostas de ação no presente: embora Cardoso e Faletto admitissem que, em situações de dependência, industrialização e desenvolvimento capitalista fossem possíveis, concluíam que não se chegaria ao efetivo desenvolvimento social. Daí o apelo dos autores para uma alternativa socialista, alternativa presente em muitos estudos identificados com a noção de dependência¹⁰. Assim, uma análise com perspectiva histórica, feita por dois sociólogos, apontava na direção do futuro, induzindo ampla reflexão e agudas polêmicas em torno das “teorias” da dependência.

Esta inserção da história econômica na discussão das urgentes questões atuais a tornava objeto de interesse que ultrapassava o âmbito estrito dos profissionais da disciplina, adquirindo relevância no debate das grandes questões nacionais. A proposta de articular pensamento e ação atraía a atenção para os estudos de história econômica. Parece plausível afirmar que, a partir de algum momento dos anos oitenta do século XX, esta articulação começou a se desfazer. Não nos propomos a identificar com rigor as razões dessa mudança, mas é possível indicar algumas evidências nessa direção¹¹.

Nos anos setenta, começou a progressiva expansão dos cursos de pós-graduação com a produção de pesquisas acadêmicas sobre temas de história econômica. Este tipo de pesquisa não era novo, porém estava restrito a algumas universidades e se caracterizava menos por “grandes interpretações” do que por pesquisas monográficas com base em fontes primárias¹². O aumento do

(10) Este trecho foi retirado da introdução à edição norte americana da obra e reproduzido em Sorj, Cardoso e Font (1985).

(11) Entre as razões não acadêmicas para tanto não se pode esquecer o ambiente repressivo instalado com o regime autoritário de 1964 que limitou a liberdade de expressão em torno a inúmeras questões de ordem econômica, política e social.

(12) Um exemplo é o da Universidade de São Paulo: em 1934 foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, nela, o curso de Geografia e História que contou com a colaboração de professores estrangeiros, entre outros Fernand Braudel e Pierre Monbeig. Teses de doutorado em História Econômica foram defendidas já

volume de pesquisas, a partir de 1970, respondeu não só à instalação dos cursos de pós-graduação, mas também à progressiva obrigatoriedade de realização de dissertações e teses para o ingresso e a progressão na carreira universitária. Além do crescimento quantitativo, houve significativos avanços em termos de métodos e técnicas de pesquisa e de exploração de fontes primárias originais¹³. No entanto, grande parte das pesquisas realizadas nos cursos de pós-graduação tinha como referência os textos “clássicos” de nossa historiografia econômica e procurava explorar, com base em pesquisas empíricas, hipóteses implícitas naquelas obras.

Entendo que ao longo dos anos oitenta se processou significativa mudança na orientação geral das pesquisas. Diversos fatores parecem ter contribuído para esse resultado. Embora de forma pouco articulada, procuro arrolá-los a seguir.

Na área de História, desde o fim dos anos 1960, tiveram crescente importância as críticas à Escola dos Annales (da época e Braudel) e à historiografia marxista, vertentes mais influentes até então. A ascensão da Nova História, especialmente depois de 1968, reduziu o interesse pelos temas clássicos de história econômica¹⁴. Na área de Economia, os anos oitenta propuseram, no Brasil, questões urgentes – como inflação/hiperinflação, dívida externa, déficits públicos, etc. – questões que afastaram muitos economistas dos temas relacionados ao desenvolvimento, temas esses que, com frequência, os levavam à história econômica. A crescente influência da teoria econômica de inspiração neoclássica, para a qual a história não é relevante, também reduziu o espaço para a história econômica entre os economistas. Algumas correntes da história econômica que tiveram maior espaço na academia norte-americana – como a New Economic History e a Nova Economia Institucional – não foram matrizes para número expressivo de pesquisas no Brasil. Em suma, as grandes questões que preocupavam os estudiosos de nossa história econômica foram ofuscadas por novos problemas ou foram tratadas sob perspectiva bastante distinta.

nos anos quarenta, por exemplo, por Alice Canabrava, Mafalda Zemella e Olga Pantaleão. Na década de 1950, essa tendência se difundiu por outros estados, a exemplo de Francisco Iglésias em Minas Gerais. Embora estejamos omitindo muitos outros historiadores que se dedicaram à história econômica nesses anos, o número de obras produzidas nas universidades era relativamente pequeno e seu caráter, em geral, era monográfico, mesmo quando inspiradas por interpretações mais gerais da história econômica do Brasil.

(13) Convém lembrar que o desenvolvimento da informática, em especial da microcomputação nos anos 80, ampliou substancialmente a capacidade de processamento de dados quantitativos coletados em fontes primárias, viabilizando inúmeras pesquisas com perfis quantitativos.

(14) Sobre a crítica à Escola dos Annales e à historiografia marxista, Cardoso (1997).

É claro, a história econômica não desapareceu; talvez seu espaço tenha se tornado mais restrito, embora, em termos absolutos, tenha havido expressivo crescimento do número de pesquisas. No entanto, poucas pesquisas mantiveram a preocupação presente nas “grandes interpretações” (como as de Caio Prado e de Celso Furtado) que, em maior ou menor medida, voltavam ao passado para pensar o futuro e as ações para transformá-lo.

Desse modo, algumas linhas de pesquisa se afirmaram desde os anos oitenta; quando referidas às interpretações clássicas de nossa história econômica tratava-se, ao menos parcialmente, de contestá-las. Limitamo-nos a indicar aqui duas linhas, ciente de que estamos omitindo outras igualmente importantes.

A exploração de fontes primárias até então pouco trabalhadas (como levantamentos populacionais de âmbito local, inventários, escrituras etc.) foi o ponto de partida empírico de uma vertente de pesquisa que, por vezes, é denominada de demografia histórica. Essas pesquisas frequentemente apresentaram resultados que contrariavam teses clássicas, como as de Caio Prado Júnior a respeito da concentração da riqueza (expressa pelo predomínio da grande propriedade escravista na economia colonial). Iraci Costa, um dos mais prolíficos pesquisadores dessa vertente, expressa o sentido da crítica às teses de Caio Prado. Após lembrar “o avanço observado nas últimas décadas com respeito ao conhecimento de nosso passado econômico, político e social” afirma seu propósito:

...a partir do reconhecimento da importância do modelo de Caio Prado Júnior...nos abalancamos a questioná-lo e a propor algumas soluções com as quais visamos a repensá-lo de sorte a contribuímos para o estabelecimento de uma visão apta a integrar, criticamente, os novos raciocínios e os achados mais recentes decorrentes do referido avanço de nossos conhecimentos históricos (Costa, 2010, p. 78-79). E justifica tal objetivo pois haveria

...uma grave limitação ... no aludido modelo [de Caio Prado Júnior], qual seja: a de pensar a constituição da economia brasileira como uma mera projeção imediata do capital comercial no plano da produção (Costa, 2010, p. 79).

O que há de novo nos conhecimentos históricos que deveria levar à superação do modelo de Caio Prado? Costa identifica algumas vertentes temáticas

inseridas nessa perspectiva: emergência de população dita ‘redundante’, características demográficas e econômicas dos não proprietários de escravos, estrutura de posse de cativos e policultura de gêneros básicos (Costa, 2010, p. 86). Estes elementos não teriam sido reconhecidos ou considerados relevantes por Caio Prado. Vejamos brevemente do que se trata (Costa, 2010, p. 95).

– emergência de população “redundante”: “efetivos não necessários à reprodução das condições econômicas dominantes” que surgem principalmente a partir do declínio das atividades principais (como o do açúcar no século XVII e do ouro no final do XVIII);

– não proprietários de escravos: vinculados a atividades não relacionadas imediatamente com a produção de bens de exportação; dependiam da mão de obra familiar e compunham parcela majoritária da população livre; a expansão do comércio exterior também abria oportunidades para os não proprietários de escravos.

– estrutura de posse de escravos: “afora casos típicos em que predominavam maciçamente os grandes escravistas, tomada em seu conjunto, a economia brasileira, *grosso modo*, conheceu, nos mais variados setores e quadrantes, situações em que coexistiam pequenos, médios e grandes proprietários” (Costa, 2010, p. 95).

– policultura de gêneros básicos: a produção de gêneros alimentícios destinados ao mercado interno se deu de formas diversas, desde a produção escravista relativamente grande, a pequenos e médios proprietários com poucos escravos ou apenas com a mão de obra familiar e ainda a pequenos proprietários que vendiam no mercado seus eventuais excedentes.

Estes elementos justificariam a crítica ao modelo de Caio Prado que comportaria tanto um “viés exportador” quanto um “viés latifundista” (Motta; Costa, 1995). Ou seja, Prado teria se concentrado na análise da “grande exploração” fundada na grande propriedade (latifúndio), na monocultura e no trabalho escravo, cuja produção se voltava para a exportação, e não teria considerado a relevância de outros elementos da economia e da sociedade colonial. A crítica ao “viés exportador” sustentava que:

...as articulações presentes na sociedade brasileira sobrepujavam largamente

um mero empreendimento dirigido pelo capital comercial e imediatamente voltado para o mercado mundial e dele totalmente dependente. Nesse sentido tratava-se de uma economia com expressivos traços de integração endógena e que comportava uma gama diversificada de atividades produtivas votadas para o atendimento de suas próprias necessidades, dando –se também processos internos de acumulação. Disso decorria a geração, na órbita doméstica, de condições que permitiam um espaço econômico relativamente autônomo vis-à-vis a economia internacional e o capital comercial, espaço econômico esse ao qual, ademais, deve-se atribuir expressivo contributo no que tange à formação da renda e do produto (Costa, 2010, p. 96).¹⁵

Ao “viés exportador” se agregava o viés latifundista, ou seja, o de entender que o essencial da economia colonial se passava na grande propriedade. Costa rejeita essa hipótese ao lembrar, por exemplo, a presença de não proprietários de escravos (consequentemente, sem grandes propriedades):

Faziam-se presentes em todas as culturas, mesmo nas de exportação, vinculavam-, se às lidas criatórias, ao fabrico e/ou beneficiamento de bens de origem agrícola e compareciam com relevo nas atividades artesanais”. E acrescenta: “Suas apoucadas posses, é evidente, limitavam e condicionavam sua presença, a qual, não obstante, não pode ser negada nem deve ser subestimada (Costa, 1992, p. 111).

Luna, Costa e Klein entendem que esses novos elementos permitiram

(15) Escrevendo em 1942 (portanto, há cerca de 70 anos com os limitados recursos de pesquisa disponíveis à época), Caio Prado não ignorava esses desenvolvimentos, mesmo que lhes desse menor relevo do que o autor em pauta; “Não há na realidade modificações substanciais do sistema colonial nos três primeiros séculos de nossa história.(...) Em certos aspectos, ele naturalmente se complica, surgindo elementos novos, ou pelo menos tendências que alteram a simplicidade inicial do quadro que traçamos de uma colônia produtora de alguns gêneros destinados ao comércio da metrópole. O fato elementar do crescimento da população já constitui por si só um fator de transformação, porque determina a constituição e o desenvolvimento do mercado interno, e com ele, de um setor econômico propriamente nacional, isto é, orientado já não exclusivamente para a exportação, mas para as necessidades do país. Este setor vai ganhando em importância e tende a se tornar, de um elemento subsidiário de expressão mínima e desprezível no conjunto da economia brasileira, numa parte ponderável dela, e que por si só, sem a dependência de um outro setor que lhe dê vida e o impulsione, exprime alguma coisa. É verdade que aquele crescimento é muito mais quantitativo que qualitativo; no alvorecer do século passado, a massa da população brasileira ainda é constituída por escravos ou recém-egressos da escravidão; ou então por indivíduos deslocados, sem posição econômica e social definida e fixa, essencialmente instáveis” (Prado Jr., 1969, p. 125).

a “revisão das interpretações historiográficas preexistentes, de sorte a dar-se uma efetiva superação de nossos conhecimentos sobre a evolução da sociedade brasileira”. Mas admitem que “Não se trata ainda, diga-se desde logo, do estabelecimento de uma nova perspectiva global, de um novo “paradigma” (Luna; Costa; Klein, 2009, p. 9).

Pires e Costa procuraram caminhar na direção de um novo paradigma ao elaborarem o conceito de capital escravista-mercantil (Pires; Costa, 2010, cap. 2 e 3). Esta seria outra forma de capital (além daquelas enunciadas explicitamente por Marx: capital comercial, capital usurário e capital industrial). Tratar-se-ia efetivamente de capital – pois é um valor que se valoriza – “porém, uma forma específica de existência do capital pois calcada na produção de mercadorias com base no escravismo” (Pires; Costa, 2010, p. 15). O surgimento do capital escravista-mercantil envolve alguns pressupostos: a) existência prévia do escravismo e de fontes supridoras de escravos; b) ausência de alternativas válidas do ponto de vista econômico à utilização da mão de obra escrava; c) existência de mercados para as mercadorias produzidas com a mão de obra escrava; d) existência de indivíduos que fornecessem a mão de obra cativa (por captura e venda ou por compra e revenda) e de indivíduos que visassem valorizar valor com base na exploração da mão de obra escrava (Pires; Costa, 2010, p. 25).

A existência do capital escravista-mercantil não exclui o papel desempenhado pelo capital comercial no processo de constituição da colônia: a ele coube o financiamento, o fornecimento de mão de obra africana, de bens de consumo e de produção europeus e o monopólio da comercialização da produção colonial no mercado mundial. Desse modo, o capital escravista-mercantil dependia do capital comercial para se comunicar com o mercado externo (Pires; Costa, 2010, p. 22-23).

Entendem os autores que a forma capital escravista-mercantil era compatível com o desenvolvimento de uma “vida econômica relativamente autônoma”, mas que esta decorreu do capital escravista-mercantil pois

sua presença [do capital escravista-mercantil] condicionava toda a economia, bem como as relações estabelecidas no processo de produção, projetando-se ademais, na vida social e política do Brasil. Disso deve-se inferir que os segmentos sociais e econômicos não vinculados

imediatamente ao escravismo também se viam influenciados e, em larga medida, determinados, sobretudo no que tange à definição dos limites do espaço econômico em que lhes era dado atuar, pelo capital escravista-mercantil (Costa, 2010, p. 104).

Entendemos que as proposições de Iraci Costa (reforçadas por inúmeras pesquisas com resultados similares aos seus) podem ser organizadas em torno de três eixos: 1) exploração de fontes primárias com evidências que escapavam ao trinômio grande propriedade-trabalho escravo-monocultura; 2) crítica às interpretações clássicas, em especial a de Caio Prado, que não incluíam em sua estrutura elementos como pequenos proprietários de escravos e não proprietários, produção de gêneros para o mercado interno etc.; 3) proposição do conceito de capital escravista-mercantil como núcleo articulador de grande propriedade-pequena propriedade, produção para exportação-produção para o mercado interno etc.

Embora esse papel articulador do capital escravista-mercantil seja sugerido, a articulação entre os diversos elementos não parece estar suficientemente esclarecida. Em particular, qual a relação entre o capital mercantil metropolitano (do qual depende o capital escravista mercantil para se comunicar com o mundo externo) e o capital escravista-mercantil e qual o grau de autonomia das atividades voltadas ao mercado interno (em especial as não escravistas) diante do capital escravista-mercantil e, por consequência, do capital mercantil metropolitano. Em suma, estaríamos mais próximos de Caio Prado para quem o capital mercantil metropolitano tudo determina “de fora” ou de Jacob Gorender para quem o escravismo é o elemento estruturante da economia colonial?¹⁶ Como Costa, Luna e Klein admitem que não se chegou a um novo paradigma, entendemos que o esforço de articulação entre os resultados empíricos e a perspectiva teórica propostos nesta vertente deva esclarecer o alcance e os limites da abordagem aí

(16) Em seu texto, Pires e Costa, embora recusem a noção de modo de produção escravista colonial, recorrem várias vezes a Gorender para caracterizar a lógica da economia colonial (ou do capital escravista-mercantil). Por outro lado, apesar da crítica a Caio Prado – que admitiria que a economia colonial seria a projeção do capital mercantil metropolitano na esfera da produção – consideram que o capital escravista mercantil dependeu do capital mercantil metropolitano para se comunicar com o mundo externo (o que nos leva a pensar em que medida essa dependência poderia se projetar sobre a própria estrutura da economia colonial). Creio que há aqui, como em outros tantos autores, uma dificuldade em estabelecer uma relação precisa entre o interno e o externo nas economias coloniais (como nas periféricas, dependentes etc.).

delineada.

Uma segunda vertente recente de pesquisa em história econômica do Brasil também se funda na exploração sistemática de fontes primárias. No entanto, sua crítica à historiografia “clássica” extrapola as conclusões de ordem empírica, pois se associa às críticas dirigidas às principais correntes de historiadores dos anos 1950 e 1960 (principalmente na Europa). O núcleo desta corrente pode ser encontrado em trabalhos de João Fragoso e de Manolo Florentino, por vezes identificada com título do livro conjunto dos dois autores: *Arcaísmo como projeto*.

No artigo “História Econômica” inserido no livro *Domínios da História*, Fragoso e Florentino iniciam o texto com uma frase incisiva: “A História Econômica agoniza”! Como evidência da agonia, indicam a redução do número de artigos dedicados às conjunturas e estruturas econômicas na revista *Annales* depois de 1968 e também a redução de teses e dissertações de história econômica nos cursos de pós-graduação em história no Brasil. Situam essa redução no quadro mais geral da crítica à escola dos *Annales* e à historiografia marxista que dominaram a história econômica nos anos 50 e 60 na França e na Inglaterra. Apesar de diferenças em suas abordagens, essas correntes aproximavam-se, pois

Em termos gerais, o que os unia era a preocupação com a longa duração e a ênfase nas estruturas econômico-sociais para a compreensão das sociedades, *locus* privilegiado para a compreensão até mesmo da política e da cultura. (...) daí derivava a constante preocupação com a utilização de fontes propícias à quantificação e à seriação (Fragoso; Florentino, 1997, p. 56)

O foco de sua crítica se dirige à história quantitativa, em especial à chamada história serial, que pretendia construir quadros explicativos a partir da observação de regularidades em séries longas de dados (por exemplo, de preços). Admite-se que, nesse procedimento, não se teria a compreensão do papel do acaso e de comportamentos como os conflitos e as negociações. No entanto, Fragoso, em texto mais recente, reavalia essa postura crítica, pois entende que “a apreensão de tais conflitos e solidariedades como características da vida dos grupos sociais pressupõe o estudo de regularidades daqueles fenômenos”, condição para elaborar teorias e explicar o porque dos conflitos e do acaso no cotidiano dos grupos sociais (Fragoso, 2002, p. 4).

Um comentário de Florentino e Fragoso sobre alguns historiadores econômicos dos anos 50, 60 e 70 do século XX permite situar o sentido geral da crítica à historiografia econômica de então e a alternativa julgada plausível:

[Pierre]Vilar e [Witold]Kula, clássicos dos anos 50 e 60, mas também [Ivan]Berend, quase vinte anos depois, apontam para a construção de uma história econômica sutil e complexa, sempre referida a uma totalidade. Embora especializados (mais Kula e Berend do que Vilar), não seria difícil encontrar em seus estudos referências antropológicas e culturais – e não apenas como recursos retóricos mas sim como suportes de análises econômicas (Fragoso; Florentino, 1997, p. 64).

Ou seja, a crítica a uma história econômica estritamente quantitativista ou economicista estaria em ignorar que outras esferas da sociedade – em especial, a cultura – podem ser essenciais para compreender a própria economia. Em suma, a mensagem dos autores é de que conceitos derivados da antropologia devem ser incorporados à história econômica.

No Brasil, uma história estritamente quantitativa, nos moldes da história serial ou da New Economic History norte-americana, não teve maior expressão. Desse modo, a análise crítica da historiografia econômica brasileira, na perspectiva desses autores, caminha em outra direção: ela se funda, como dissemos, na exploração de fontes primárias, mas também procura incorporar elementos antropológicos para a compreensão de processos econômicos. O livro *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840* (Fragoso; Florentino, 2001), é um exemplo dessa postura. A partir da crítica ao entendimento de que a economia colonial tinha o sentido fundamental de criar e transferir excedentes para o capital mercantil metropolitano, os autores procuram explicar as razões do surgimento de um forte setor mercantil na Colônia. Na verdade, a transferência de excedentes se realizava, mas para permitir “a manutenção de uma estrutura parasitária, consubstanciada em elementos como a hipertrofia do Estado; a hegemonia dos Grandes da aristocracia que, direta ou indiretamente viviam dos recursos do Ultramar; e o sustento de categorias sociais como o fidalgo-mercador e de sua contrapartida, o mercador-fidalgo” (Fragoso; Florentino, 2001, p. 43). Os autores admitem que, por prevalecerem valores não-capitalistas, a ascensão na hierarquia social exigia tornar-se membro da aristocracia. Desse modo, elementos mercantis

desviavam recursos obtidos no comércio para “atividades de cunho senhorial” que permitissem sua aristocratização. E concluem afirmando que “o arcaísmo era, isto sim, um verdadeiro projeto social, cuja viabilização dependia, no fundamental, da apropriação das rendas coloniais” (Fragoso; Florentino, 2001, p. 52).

A estratégia da Metrópole – de apropriação apenas das rendas derivadas do fluxo comercial entre Brasil e Portugal – deixou espaço para que um capital mercantil da Colônia controlasse outros fluxos comerciais: o tráfico de escravos com a África e o comércio de alimentos no interior da Colônia, base sobre a qual estabelece sua hegemonia. Isso explica porque os grandes comerciantes constituíssem a elite colonial. Mas essa elite colonial – mercantil em sua origem – também é imbuída do ideal aristocratizante (herança do ideal ibérico) e por isso, investe em terras/escravos e imóveis urbanos, recriando a estrutura agrária escravista e as próprias relações de poder. Como resultado, reiterava-se a concentração da renda e da riqueza, reafirmando a natureza excludente da sociedade.

A evidência apontada pelos autores se refere ao Rio de Janeiro no fim do século XVIII e na primeira metade do XIX; porém, entendem que a recriação da exclusão é inerente à sociedade brasileira:

Concentração e diferenciação parecem, portanto, imunes às distintas conjunturas econômicas, tanto aquelas próprias da escravidão quanto as do capitalismo deste final do milênio: é o mais forte ponto de contato entre a elite contemporânea e as elites de outras épocas. E agregam:

Trata-se de um padrão que não se restringe ou se esgota no mercado, pois tem na cultura – especialmente na cultura política – um momento fundamental (Fragoso; Florentino, 2001, p. 235-236).

Nesse passo, Fragoso e Florentino recuperam, ao menos em parte, a preocupação dos clássicos da historiografia ao sugerirem que cabe ao historiador explicar a desigualdade:

Mais importante do que constatar a permanência das fortes desigualdades sociais ao longo de quinhentos anos de Brasil é compreender que, nesses séculos, a sociedade brasileira viveu mudanças (em suas relações sociais, nas formas de acumulação, no perfil de suas elites etc.), porém o fosso entre os mais ricos e os mais pobres permaneceu. Cabe, portanto, ao

historiador, estudar os diferentes mecanismos – econômicos, culturais etc. – que resultaram nesse fosso. E nisso a pesquisa econômica teria um papel decisivo, com suas séries de preços e faixas de fortuna (Fragoso, 2002, p. 22).

Fragoso (2002) delinea brevemente as diferentes estratégias prevaletentes em vários momentos da história brasileira pelas quais as elites reiteravam a exclusão social da massa da população e a desigual distribuição de renda. No entanto, nessa perspectiva a reprodução da desigualdade e da exclusão não parece ter qualquer fundamento econômico e social “estrutural” que pudesse ser objeto de uma ação transformadora. Assim, se há a aproximação com a preocupação dos “clássicos” de nossa historiografia econômica, não se vislumbra de que modo o historiador poderia, por meio de seus estudos, propiciar alguma forma de intervenção na realidade.

Creio que é chegado o momento de ensaiar um balanço do exposto até aqui. Ao observar a produção sobre a história econômica do Brasil (muito além do que foi brevemente explorado nesta nota) uma conclusão é indiscutível: houve substancial ampliação da pesquisa empírica, pois inúmeras fontes primárias foram e continuam sendo reveladas e exploradas, acervos documentais passaram a ser organizados possibilitando revelar realidades até então desconhecidas e até mesmo ocultas pelas fontes predominantes (em especial as fontes oficiais). O uso de recursos técnicos (em especial da informática) e o domínio de técnicas de pesquisa mais avançadas têm gerado resultados importantes. Portanto, é fundamental ressaltar o avanço que houve na historiografia econômica pelo notável desenvolvimento dos instrumentos de pesquisa.

No entanto, entendo que a esse exponencial crescimento do conhecimento empírico não correspondeu um ganho significativo para a compreensão de nossa história econômica, entendida enquanto um processo amplo que pode ser objeto de interpretações que nos tragam até os problemas presentes da sociedade brasileira. De que modo a existência de inúmeros proprietários de poucos escravos ou não proprietários de escravos interfere na forma de expansão da agricultura brasileira? É possível identificar uma extensa camada de pequenos proprietários rurais que tenha um papel decisivo nos rumos da agricultura? E de que modo o mercado interno, já identificado na época colonial, se situa em relação ao

processo de industrialização? É possível substituir o clássico debate entre teoria dos choques adversos e industrialização liderada pela industrialização por outro em que o mercado interno (antes de 1930) seja responsável pela industrialização? Em suma, é possível substituir as interpretações clássicas por outras que, partindo da economia colonial, nos permitam entender o Brasil hoje (e todas as suas mazelas)? Creio que não (ou pelo menos que ainda não).

Mas esta não parece ser uma dificuldade apenas da história econômica. Penso que, de modo geral, as ciências sociais brasileiras estariam sofrendo algo semelhante. Marco Aurélio Nogueira (2001) nos ajuda a entender o que vem ocorrendo. Permito-me transcrever longamente o pensamento deste cientista político ao se referir às mudanças ocorridas na produção da ciência (em especial a social) no Brasil na segunda metade do século XX:

Em cinco ou seis décadas, a ciência se “democratizou” no Brasil. Não se disseminou de maneira equilibrada pelos diversos grupos sociais e regiões do país, muito ao contrário, mas certamente passou a envolver massas crescentes de pessoas, jovens sobretudo, acompanhando a marcha da expansão do ensino superior e a progressiva afirmação de uma cultura que valoriza a escolaridade e a formação continuada. Houve “democratização”, também, no sentido de que se passou a produzir ciência em um número muito maior de centros e instituições, distribuídas nacionalmente. Com isso, a produção científica cresceu de modo impressionante, e continua a crescer de modo mais impressionante a cada dia. Hoje, há muito mais informações soltas no ar e os conhecimentos são apropriados por muito mais gente. Dominamos mais dados, publicamos mais livros e artigos, organizamos mais encontros científicos, pesquisamos mais e mais sistematicamente, e nossa história, nosso passado e nossas especificidades como sociedade nacional estão muito mais transparentes. (...) Em suma, crescemos e avançamos categoricamente, seja em termos de produção de conhecimentos (pesquisa), seja em termos de reprodução e distribuição (escolas).(...) Acontece, porém, que apesar de tanto avanço e progresso intelectual, há um flagrante mal-estar nos circuitos da produção e difusão de idéias e conhecimentos. Vivemos com a sensação de que falta algo, de que tanta informação e tanta gente envolvida na ativação do pensamento não estão sendo suficientes para gerar mais conhecimento efetivo, quer dizer, mais sabedoria e maior capacidade de compor visões de conjunto, articulações superiores e conexões ricas de sentido, a partir das quais se

descortinem cenários reveladores de nossa experiência coletiva. Ficamos mais modernos em termos teórico-metodológicos, dominamos recursos intelectuais bem mais sofisticados, temos uma formidável rede de instituições produtoras de conhecimentos, a produção científica cresceu de modo impressionante, mas vemos o país real escapar a todo momento dos esquemas conceituais que mobilizamos para explicá-lo. Estamos mais fortes para abordar a realidade, mas acabamos prisioneiros de um modo de pensar que dá mais valor aos enquadramentos (à metodologia, seria possível dizer) e aos detalhes que às perspectivas abrangentes, históricas e totalizantes. Pensamos mais e de modo sempre mais tecnicamente correto, mas empurramos as utopias (os valores, as ideologias, os programas de ação) para fora do campo do pensar. Ficamos além, ou aquém, das paixões. Em suma, sabemos mais a respeito de mais coisas, mas temos enormes dificuldades para alcançar sínteses que expliquem de fato o Brasil e abram – justamente porque alcançam explicações efetivas – perspectivas mais consistentes de intervenção e construção do futuro (Nogueira, 2001, p. 57-59).

Eu não conseguiria expressar melhor do que Marco Aurélio Nogueira a forma pela qual vejo o atual estágio da nossa historiografia econômica; não sei se o leitor compartilha de minha sensação. É inegável que nosso conhecimento da história brasileira ampliou-se enormemente nas últimas três ou quatro décadas. No entanto, parece faltar algo quando se estabelecem polêmicas entre historiadores econômicos. Acredito que falte exatamente o que movia Simonsen, Prado e Furtado: a reflexão histórica como instrumento para pensar o presente e agir sobre a realidade.

Talvez para alguns, ou para muitos, ao historiador não caiba, do ponto de vista da ciência histórica, este tipo de conexão entre passado, presente e futuro; para outros, em especial para certas correntes de economistas, a própria conexão entre passado e presente seria irrelevante. De nossa parte, entendemos que a legitimação social da história econômica passe exatamente por esse caminho trilhado pelos clássicos de nossa historiografia. Um caminho penoso que precisa ser recuperado e atualizado por meio da articulação da pesquisa histórica com as divergentes perspectivas teóricas e ideológicas que inevitavelmente se cruzarão nesse caminho.

Não diria que a história econômica agoniza: pelo menos no Brasil, o empenho de inúmeros pesquisadores na descoberta de fontes, na exploração de arquivos, na elaboração de teses, dissertações e artigos mantém viva a história econômica pelo constante fluxo de novos conhecimentos. Mas o sentimento de que ela agoniza talvez se justifique por ter se fechado no ambiente acadêmico e ter perdido visibilidade ao abandonar a perspectiva de voltar ao passado para pensar o presente e nele intervir. E o presente nos oferece inúmeras questões que podem e devem ser pensadas historicamente.

Certamente, a postura de pesquisador aqui defendida não goza de consenso na profissão. Muitos dirão que falta a ela “legitimidade” científica. Mas a uma história econômica que fique restrita a discussões no interior do ambiente estritamente acadêmico não faltará “legitimidade” social? Creio que ao retomar a tradição de nossa história econômica de levar à sociedade temas, problemas e propostas que sejam significativos para um público mais amplo, nosso ofício poderá superar a “agonia” em que aparentemente se encontra já há algum tempo.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, João Lúcio. *Épocas de Portugal Económico*. 4. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1978.

BRITTO, Lemos. *Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia do Brasil, 1923.

CARDOSO, Ciro Flamarion. El Modo de Producción Esclavista Colonial em América Latina. In ASSADOURIAN, C.S. *Modos de Producción en América Latina*. Córdoba: Cuadernos Del Pasado y Presente, 1973.

_____. História e paradigmas rivais. In CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, F. H.; FALETTO. Repensando Dependência e desenvolvimento na América Latina. In SORJ, B., CARDOSO, F. H.; FONT, M. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia Miúda: um estudo sobre os não proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992.

COSTA, Iraci Del Nero da. Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior. In: PIRES, J. M.; COSTA, I. N. (Org.). *O capital escravista mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2010.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. História econômica. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. *O arcaísmo como projeto*. 4. ed. Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. Para que serve a História Econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. *Estudos Históricos*, n. 29, 2002.

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *Formação econômica do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

LUNA, F. V.; COSTA, I.; KLEIN, H. S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.(Apresentação).

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOTTA, J. F.; COSTA, I. del Nero da. A formação econômica e social do Brasil sob nova ótica. *Informações FIEPE*, n. 183, dez. 1995.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Como pensar o Brasil? *Lua Nova*, n. 54, 2001.

NORMANO, J. F. *Evolução econômica do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1975.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

PELÁEZ, Carlos Manuel. A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, n. 1, mar. 1968.

PIRES, Júlio M.; COSTA, Iraci. O capital escravista mercantil. In: PIRES, J. M.; COSTA, I. (Org.). *O Capital Escravista Mercantil e a Escravidão nas Américas*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2010.

PRADO, Caio (Jr.). *Formação do Brasil Contemporâneo*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____. *A revolução brasileira*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000. v. 1, p. 69-136.

SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 6. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

_____; GUDIN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. *Nova Economia*, v. 14, n. 1, p. 11-37, jan./abr. 2004.

VIANA, Victor. *História da formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. Interpretações da Colônia: leitura das contribuições de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães. *História Econômica & História de Empresas*, v. XI, n. 1, p. 29-61, jan./jun. 2008.